

50/50

**PLANO
MUNICIPAL
IGUALDADE
DE GÉNERO**

2014 · 2017

Câmara Municipal de Oeiras



Índice

1. Os marcos da intervenção municipal na promoção da Igualdade de Género	4
2. Plano Municipal para a Igualdade de Género 2011-2013: a atualização necessária	8
3. As áreas estratégicas em ligação com o Plano de Desenvolvimento Social	9
4. Plano Municipal para a Igualdade de Género 2014-2017	11
5. Monitorização e avaliação	23



“As administrações locais, órgãos da administração pública mais próximos das populações, são as entidades que detêm os meios de intervenção melhor colocados para combater a persistência e a reprodução das desigualdades em função do género e para promover uma sociedade verdadeiramente igualitária. São as entidades que podem, e devem, no âmbito das suas competências, e em cooperação com o conjunto de atores locais, empreender ações concretas visando a igualdade de mulheres e de homens.”¹

¹ PERISTA, Helóisa, SILVA, Alexandra (2008), *“Igualdade de Género na Vida Local: O Papel dos Municípios na sua Promoção”*, Centro de Estudos para a Intervenção Social (p.7).



1. Os marcos da intervenção municipal na promoção da Igualdade de Género

O papel das autarquias locais tem sido destacado como crucial para o desenvolvimento de políticas locais que promovam a coesão e o desenvolvimento social ancorado numa visão de desenvolvimento sustentável. Por consequência, os órgãos de administração local, sendo mais próximos das populações, assumem-se como as entidades que detêm os meios de intervenção mais adequados para combater a reprodução das desigualdades em função do género.

O Município de Oeiras não se tem alheado deste papel fundamental e, em termos de Igualdade de Género tem vindo a realizar um percurso progressivo mas consistente com as suas opções de planeamento e desenvolvimento de atividades, procurando integrar esta matéria, nas políticas municipais e medidas levadas a cabo.

Estas preocupações têm sido assumidas de dois modos:

- de uma forma mais direta, com ações e projetos concretos neste domínio;
- e, numa ótica transversal, quer em termos internos (numa perspetiva de implementação de boas práticas organizacionais), quer em termos de externos, no que se refere à atuação municipal em prol da qualidade de vida concelhia.

No domínio da atuação que se pode considerar como sendo mais direta, relembra-se que, entre 2001 e 2004, o Município participou, enquanto parceiro, no Projecto “Conciliar É Preciso” integrado na Iniciativa Comunitária EQUAL, cujas ações empreendidas tiveram como objetivo promover a conciliação entre a vida profissional e a esfera familiar e social, com vista ao exercício de uma plena cidadania. Neste âmbito, no ano de 2004, realizou-se uma conferência intitulada “Medidas de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional - caminhos a seguir”, onde foi dado um importante passo nesta matéria. Foi subscrito, pelas entidades e participantes na Conferência, um documento denominado “Recomendação de Oeiras” que representou um compromisso para implementação de ações de sensibilização e informação e medidas de intervenção de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas e organizações. Em 2007, estas preocupações foram reafirmadas aquando da celebração de um Protocolo com a Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género, que estabeleceu as condições e termos de colaboração no domínio da integração de uma política de igualdade entre mulheres e homens. E desde então, têm-se intensificado as ações empreendidas, destacando-se algumas das mais emblemáticas:



- a aprovação da candidatura empreendida no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano que permitiu a realização de uma ação de formação na área da Valorização Pessoal e das Competências Parentais;
- a aprovação do projecto “Zero- A Soma da Diferença” no âmbito do mesmo programa, que compreendeu duas importantes ações: um diagnóstico interno, isto é, da cultura e práticas organizacionais e ações de sensibilização internas que procuraram dar resposta às necessidades diagnosticadas, utilizando uma metodologia de intervenção inovadora cuja base assenta nos pressupostos do Teatro Fórum;
- as diversas ações de formação interna promovidas e agendadas no domínio da Igualdade de Género;
- a nomeação de Conselheiras Locais para a Igualdade (no decurso da Resolução do Conselho de Ministros n.º39/2010);
- os diversos contributos do Município quer para a elaboração do IV Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, quer para outros estudos como: “Políticas e medidas de igualdade e combate à discriminação nas autarquias locais” e “Boas Práticas Autárquicas para a Juventude em matéria de Igualdade”;
- a sensibilização das entidades integradas na Rede Social de Oeiras através, nomeadamente, da presença da CIG numa sessão de CLAS.

Relativamente ao trabalho empreendido de uma forma transversal, uma análise superficial, poderia induzir a perceção de que não produz impactos tão significativos. Contudo, se atendermos às suas múltiplas implicações e efeitos, não podemos negar que este tipo de intervenção representa um importante, senão o mais importante, motor de igualdade e desenvolvimento social.

Com efeito, o Município tem desempenhado um papel ativo nesta matéria e, com especial enfoque, para a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal. Exemplo disso tem sido:

- O papel direto e indireto na construção, requalificação e apoio ao funcionamento de equipamentos sociais. Destaca-se, nomeadamente, o investimento que tem sido veiculado para o aumento das taxas de cobertura em equipamentos destinados à



Infância, Juventude, Pessoas com Deficiência, População Idosa e Comunidade, decorrente das novas necessidades de organização da vida quotidiana das Famílias, de uma forma mais ampla e generalizada (tendo em conta, por exemplo, a crescente participação das mulheres no mundo do trabalho);

- Os esforços empreendidos para o reordenamento do parque escolar concelhio, tendo presente o princípio da escola a tempo inteiro, isto é, procurando assegurar a permanência dos alunos durante todo o dia, devendo os estabelecimentos de ensino adaptar os seus modos e tempos de funcionamento às necessidades das famílias, através da disponibilização de serviços de apoio à família como o de prolongamento de horário e oferta de atividades de enriquecimento curricular.
- A territorialização da intervenção camarária, isto é, a proximidade de atuação, nomeadamente em contextos urbanísticos mais vulneráveis como bairros municipais, onde se tem procurado não só capacitar os indivíduos em situação de maior fragilidade, num processo contínuo de dignificação e valorização, como intervir diretamente, e com celeridade, em problemáticas sociais.
- A atuação em situações que se revestem de risco ou fragilidade, alarga-se, ainda, por exemplo, à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens e intervenção junto de crianças e jovens em risco através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras ou ao apoio à integração das famílias imigrantes, nomeadamente através da ação dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes;
- A promoção da empregabilidade de homens e mulheres, através dos Gabinetes de Inserção Profissional e a promoção do empreendedorismo feminino e masculino tem representado, igualmente, uma aposta;
- A prestação de serviços como: Mediação Familiar; Terapia Familiar; Ações de Formação na Prevenção do Endividamento Familiar; Serviço de Transporte Adaptado, entre outros, assumem-se também como contributos no âmbito desta temática.

Acresce, ainda, que com a forte consciência de que o trabalho do coletivo colhe mais frutos do que o individual, o apoio a entidades com intervenção nestas áreas, assume um efeito multiplicador da ação camarária e acrescenta impactos positivos que só possíveis pela atuação dos agentes locais e por um trabalho que, cada vez mais, se quer que seja em rede.



Por último, e dentro do leque dos mais recentes marcos camarários no domínio da promoção da igualdade de género importa dar destaque àquele que se constitui como o mais relevante, pelo trabalho de análise e concertação associado: o Plano Municipal para a Igualdade de Género 2011-2013. Com efeito, aprovado no ano de 2011, tratou-se de um documento que correspondeu a um instrumento efetivo de política, nesta matéria, na medida em que, partindo de um diagnóstico participado, permitiu a identificação das respostas existentes e as áreas que importava reforçar.



2. Plano Municipal para a Igualdade de Género 2011-2013: a atualização necessária

A avaliação da execução do Plano Municipal para a Igualdade de Género 2011-2013 permitiu inferir algumas conclusões. Se por um lado a sua execução implicou alguns constrangimentos, o balanço global apresentou-se como positivo, quer a nível interno, quer a nível externo. Deste modo destaca-se, ao nível interno:

- O apoio prestado aos colaboradores do Município, em termos de medidas que potenciaram, de forma direta ou indireta, a conciliação entre a vida familiar/ pessoal e profissional, não só no que se refere à comparticipação em encargos de educação e ao incentivo a uma maior participação do pai na vida familiar, mas igualmente ao nível do apoio socioeconómico, médico e psicossocial prestado aos colaboradores e suas famílias;
- O esforço empreendido na inclusão da dimensão de género na comunicação (escrita e audiovisual), transpondo os princípios da IG para todos os documentos (estratégicos ou de divulgação);
- A promoção do aprofundamento de competências neste domínio, consubstanciadas num elevado volume de formação interna em IG.

Ao nível externo:

- A realização de mais de cento e sessenta ações de sensibilização na área da saúde e género, concretamente, no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, abrangendo cerca de 700 alunos de escolas 2+3 e secundárias do Concelho;
- A inclusão da dimensão de género no Plano Estratégico Municipal para a Pessoa Idosa e no Plano Municipal para a Deficiência;
- A criação de uma rede de acompanhamento de casos de violência doméstica e de género, integrada na Rede Social de Oeiras.



Finda a vigência deste plano, considera-se primordial dar continuidade às ações implementadas, suportando-se numa atualização do documento, na componente de Plano de Ação. Com efeito, revela-se imprescindível a elaboração deste tipo de instrumentos não só pelo envolvimento que despoleta interna e externamente mas, e acima de tudo, pela estratégia que é definida e orienta a ação de todos os agentes, assim como pela rentabilização de recursos que permite.

3. As áreas estratégicas em ligação com o Plano de Desenvolvimento Social

Para estruturar o presente documento optou-se, metodologicamente, por não empreender novo diagnóstico à semelhança do efetuado no documento que vigorou até 2013. Com efeito, coincidindo este momento com a conclusão do Diagnóstico Social de Oeiras e a consequente revisão do Plano de Desenvolvimento Social, estava assegurado o diagnóstico e a priorização das medidas a empreender neste domínio.

Resumidamente, em termos metodológicos, o Diagnóstico Social de Oeiras foi efetuado, mediante:

- ▣ Identificação de áreas sensíveis, através da aplicação de uma grelha de monitorização, da qual resultou a perceção dos agentes sociais dos diversos territórios;
- ▣ *Focus Groups* para cruzamento e validação de dados concelhios com sensibilidades locais (informações micro);
- ▣ Consulta das fontes oficiais;
- ▣ Definição de áreas temáticas prementes;
- ▣ Implicação dos atores locais na monitorização dos problemas e no planeamento e execução de respostas específicas.

Assim, e tomando como ponto de partida o Diagnóstico Social de Oeiras, reportado a 2013, verifica-se a identificação da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e a violência familiar e de género como prioritárias. Por consequência, no Plano de Desenvolvimento Social (2014-2017), e no domínio da promoção da Igualdade de Género, estas são as áreas são identificadas:



Fonte: Plano de Desenvolvimento Social 2014-2017.

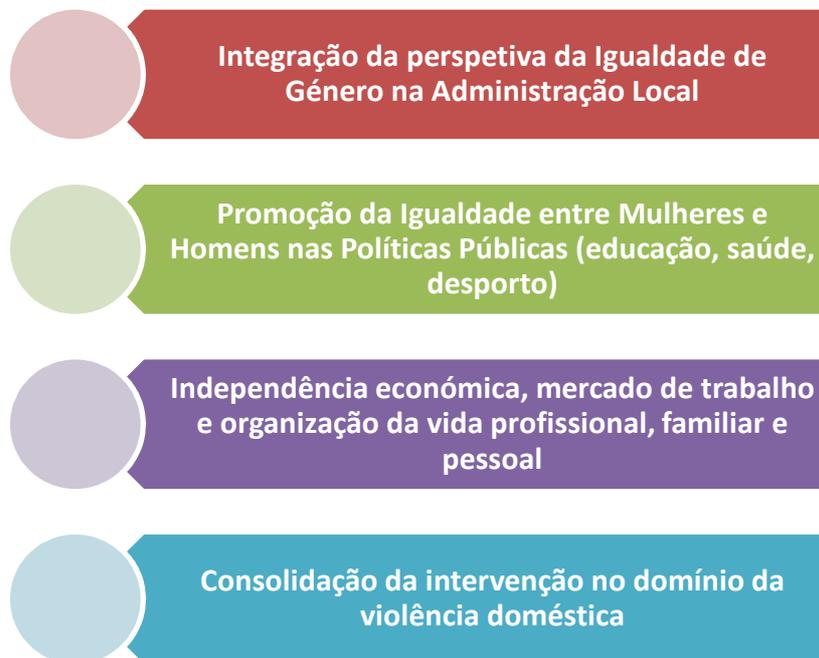
Procedendo à correspondência entre o priorizado no Plano de Desenvolvimento Social e considerando os pressupostos seguintes:

- Os compromissos assumidos no XIX Governo Constitucional de execução de políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade de género e, adicionalmente, de reforço do combate à violência doméstica;
- A área estratégica de integração da perspectiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local, prevista no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017 (V PNI);
- Os objetivos de proteger as vítimas, intervir junto dos agressores, conhecer e prevenir o fenómeno, qualificar profissionais e dotar o país de estruturas de apoio e atendimento, convocando o poder local e as organizações da sociedade civil para uma união de esforços e de estratégias neste domínio, previstos no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);



- O historial de intervenção nesta área pelo Município de Oeiras que levou à celebração, em 2007, de um Protocolo de Colaboração com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e culminou na aprovação de um Plano Municipal nesta matéria, com vigência entre 2011-2013;
- A visão do Município de Oeiras que, no regulamento orgânico dos seus serviços, estipula uma ação orientada no sentido de transformar o concelho num centro de excelência no âmbito do serviço público, tendo por referência as melhores práticas e a criteriosa aplicação dos recursos disponíveis, para assim poder garantir a satisfação plena das necessidades, expectativas e aspirações dos cidadãos/municípios;
- As competências do Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social de prosseguir os compromissos assumidos neste âmbito, assegurando a representação do Município, junto da Administração central através dos Conselheiros para a Igualdade;

O presente plano foi efetuado tendo por base as seguintes áreas estratégicas:



4. Plano Municipal para a Igualdade de Género 2014-2017

A operacionalização desta estratégia, para o período compreendido entre 2014-2017, assenta no seguinte Plano que respeita as diretrizes supra, nesta matéria:



Área estratégica- Integração da perspetiva da Igualdade de Género na Administração Local

Medida	Fonte	Entidade responsável	Entidades envolvidas na execução	Objetivos	Indicadores de resultados	Metas	Calendarização
Conselheiros locais para a Igualdade	V PNI	CMO	CMO/CIG	Promover a integração da perspetiva de género na cultura organizacional e nas ações dos agentes locais; Assegurar a capacitação dos conselheiros locais para a igualdade	Número de conselheiros locais nomeados; Número de ações de formação da CIG frequentadas	2 (um interno e um externo) 1 ação, por conselheiro	2014 2015
Divulgação de boas práticas instituídas pelo município, nesta matéria	V PNI	CMO	CMO	Empreender candidatura ao prémio bienal para municípios "Viver em Igualdade"	Candidatura submetida	Sim	2016
Instituição do Dia Municipal para a Igualdade	V PNI	CMO	CMO/agentes locais	Sensibilizar a comunidade e profissionais para a temática da Igualdade de Género	Instituição de dia e celebração associada	Sim	2015
Criação de mecanismo de divulgação e incentivo ao usufruto das Licenças por Paternidade e Parental	CMO	CMO	CMO/outras entidades	Através dos meios de comunicação interna, divulgar os direitos e deveres das trabalhadoras e dos trabalhadores em matéria de maternidade e paternidade, incentivando uma maior participação do homem na	N.º de iniciativas de divulgação	2 iniciativas de divulgação, por ano	2015 2016 2017

				vida familiar, nomeadamente através da divulgação de depoimentos que traduzam boas práticas na partilha dos cuidados familiares.			
Atribuição de Subsídios Educacionais	CMO	CMO	CMO/Centro de Cultura e Desporto	Destinam-se à compensação de encargos com educação dos associados e seus descendentes, matriculados e a frequentar estabelecimentos escolares: Subsídio de Infância e ATL (mensal); Subsídio de Estudos anual (do ensino básico ao ensino superior) e Subsídio de Matrícula (inscrições nos jardins de infância, ATL's e ensino superior).	Número de beneficiários	1093 beneficiários, por ano	2015 2016 2017
Atribuição de Comparticipações Sociais	CMO	CMO	CMO/ Centro de Cultura e Desporto	Destina-se a trabalhadores, aposentados ou a seus cônjuges viúvos em situação de comprovada carência socioeconómica e/ou doença.	Número de beneficiários	3 beneficiários, por ano	2015 2016 2017
Atendimento Social	CMO	CMO	CMO	Destina-se a trabalhadores, aposentados ou a seus cônjuges viúvos e consiste em prestar apoio a todas as situações de natureza social	Nº anual de atendimentos	Mínimo 230 atendimentos, por ano	2015 2016 2017



				(áreas profissional, pessoal e familiar) apresentadas pelos próprios e/ou encaminhados pelos serviços e instituições.			
Atendimento Psicológico	CMO	CMO	CMO	Destina-se a trabalhadores, aposentados ou a seus cônjuges viúvos e consiste em prestar apoio psicológico a todas as situações apresentadas pelos próprios e/ou encaminhados pelos serviços e instituições.	Nº anual de atendimentos	Mínimo 230 atendimentos, por ano	2015 2016 2017
Terapia Familiar	CMO	CMO	CMO	Psicoterapia que se aplica a casais ou a família de colaboradores da CMO nas seguintes situações: Instabilidade Emocional, Crises conjugais, Apoio Parental (mediação em casos de separação/divórcio), Perturbações Alimentares, Situações de Luto, Saúde Mental, Comportamentos Aditivos (álcool, drogas, jogo), Dificuldades da Aprendizagem e do Comportamento, Processos de Doença, Outros perturbações familiares e do	Nº de famílias atendidas	Mínimo 2 famílias, por ano	2015 2016 2017



				casal (Formação do casal e início da vida a dois, Educação e crescimento dos filhos).			
Programa de apoio à mulher trabalhadora grávida	CMO	CMO	CMO	Apoio técnico dirigido à grávida (preparação pré e pós-parto) e fornecimento de latas de leite de acordo com uma matriz tendo em conta o número de filhos e remuneração base.	N.º famílias abrangidas	30 utentes, por ano	2015 2016 2017
Manutenção da carga horária de 35 horas semanais para todos os trabalhadores do Município	CMO	CMO	CMO/DRH	Medida que prossegue o objetivo de contribuir para uma maior conciliação da vida profissional com as esferas pessoal e familiar.	Manutenção da medida	Sim	2015 2016 2017
Incluir a dimensão da Igualdade de Género na linguagem escrita	CMO	CMO	CMO/GC	Fomentar a utilização de uma comunicação escrita promotora da igualdade entre homens e mulheres, nas publicações municipais (<u>Oeiras Atual, Roteiro Cultural 30 Dias e Oeiras em Revista</u>).	N.º de documentos que adotaram esta medida/ N.º total de documentos produzidos*100	80%	2015 2016 2017
Incluir a dimensão da Igualdade de Género na comunicação audiovisual	CMO	CMO	CMO/GC	Fomentar a utilização de imagens não discriminatórias em função do sexo.	N.º de instrumentos de divulgação que adotaram esta medida/ N.º total de instrumentos de divulgação	80%	2015 2016 2017



					produzidos*100		
Incorporar os princípios da IG nos instrumentos estratégicos	CMO	CMO	CMO/DGO	Fomentar uma progressiva interiorização das preocupações com a igualdade de género.	N.º de instrumentos de planeamento estratégico que adotaram esta medida/ N.º total de instrumentos de planeamento estratégico produzidos*100	80%	2015 2016 2017



Área estratégica- Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas (educação, saúde, desporto)

Medida	Fonte	Entidade responsável	Entidades envolvidas na execução	Objetivos	Indicadores de resultados	Metas	Calendarização
Divulgação de materiais pedagógicos produzidos pela CIG nas escolas do ensino pré- escolar, básico e secundário	V PNI	CMO	CMO/CIG	Facultar instrumentos nesta área em todos os níveis de ensino	N.º de escolas	Todas as escolas	2015
Ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género, dirigidas a profissionais que trabalham diretamente com a população (intervenção social, saúde, educação e desporto)	V PNI	CMO	CMO/agentes locais	Melhoria do nível de conhecimento dos profissionais, nesta matéria	N.º de ações N.º de profissionais abrangidos	1 ação 15	2016



Área estratégica- Independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal

Medida	Fonte	Entidade responsável	Entidades envolvidas na execução	Objetivos	Indicadores de resultados	Metas	Calendarização
Promoção do empreendedorismo feminino	V PNI	CMO	CMO/CASES/IEFP	Reforçar o empreendedorismo feminino	N.º de projetos apresentados através do SIMPE e aprovados pelo IEFP/ CASES	1 projeto, por ano	2015 2016 2017
Distinção de boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas	V PNI	CMO	CMO/empresas integradas no programa Oeiras Solidária	Incentivar a adoção de boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas	Produção de uma publicação	Sim	2016



Área estratégica- Consolidação da intervenção no domínio da violência doméstica

Medida	Fonte	Entidade responsável	Entidades envolvidas na execução	Objetivos	Indicadores de resultados	Metas	Calendarização
Ações de sensibilização e informação particularmente dirigidas à comunidade educativa, sobre a violência doméstica e de género, abordando temas como o bullying, a violência exercida através das novas tecnologias e da violência no namoro	V PNPCVDG	Câmara Municipal de Oeiras (CMO)	CMO Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento (APSD) Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras (ACES de Oeiras) Outros agentes locais	Aumentar o nível de conhecimento sobre esta temática na comunidade educativa; Tornar comunidade educativa hostil a estas práticas; Prevenir os comportamentos desviantes e de risco Desconstrução de crenças estereotipadas acerca do género.	N.º de ações realizadas N.º de alunos abrangidos N.º de escolas envolvidas	30 ações 600 alunos 3 escolas	2015 2016
Ações de sensibilização sobre violência exercida contra as pessoas idosas	V PNPCVDG	CMO	CMO APSD	Aumentar o nível de conhecimento sobre esta temática; Prevenir contra os	N.º de ações realizadas N.º de pessoas abrangidas	4 ações 80 pessoas	2016 2017



			ACES de Oeiras Outros agentes locais	maus tratos dos idosos; Promover a adoção de boas práticas na intervenção.			
Ações de sensibilização e aconselhamento dirigidas às pessoas idosas enquanto potenciais vítimas de crime	V PNPCVDG	CMO	CMO Polícia de Segurança Pública (PSP) Outros agentes locais	Reforço da proteção e prevenção dos maus nas pessoas idosas	N.º de ações realizadas no âmbito do Programa Idosos em Segurança	10 ações por ano	2014 2015 2016 2017
Harmonização dos procedimentos adotados pelos parceiros locais com intervenção na área da violência doméstica e de género	CMO	CMO	CMO Outros agentes locais	Facilitação da atuação dos parceiros integrados no grupo temático sobre violência doméstica e de Género da Rede Social de Oeiras	Data de conclusão de fluxograma de intervenção	Até ao final do ano de 2015	2015
Ação de sensibilização e informação dirigida ao público em geral, ao ar livre no Centro Cívico de Carnaxide, sobre a violência doméstica e de	União de Freguesias de Carnaxide e Queijas	União de Freguesias de Carnaxide e Queijas APSD	ACES de Oeiras PSP (MIPP) de Carnaxide Outros agentes locais	Aumentar o nível de conhecimento sobre esta problemática	N.º de ações realizadas	1 ação	2015 2016 2017



género		CMO					
Adesão ao protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses de forma a integrar a Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica	V PNPCVDG	CMO	CMO/ANMP	Reforçar o compromisso municipal para com o apoio às vítimas	Data da adesão	Até ao final do ano de 2015	2015
Existência de resposta de emergência habitacional destinada a vítimas de violência doméstica	CMO	CMO	CMO/ISS/ VITAE Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	Assegurar a proteção das vítimas e promover a sua inclusão social.	Data de disponibilização da resposta	Até ao final do ano de 2015	2015
Atendimento e intervenção junto de vítimas e agressores (Balcão para a Igualdade de Género e Balcões de Intervenção Itinerante)	CMO	CMO	APSD	Assegurar o atendimento das vítimas e agressores; Prevenir a reincidência e proteger as vítimas; Proteger e reabilitar os agressores (interromper ciclos de reprodução de comportamentos violentos).	N.º anual de processos acompanhados, pelos três espaços existentes Data de realocização do BIG	80 processos Junho de 2015	2014 2015 2016 2017
Formação de técnicos da Equipa de Emergência e	CMO	CMO	Entidade acreditada para	Potenciar a capacitação dos	N.º de técnicos abrangidos	3 funcionários.	2015



Apoio Social da CMO, no curso de técnicos de Apoio à Vítima			o efeito	técnicos da Equipa de Emergência e Apoio Social, particularmente no que se refere à intervenção junto de pessoas idosas e pessoas com deficiência.			
---	--	--	----------	--	--	--	--



5. Monitorização e avaliação

Para monitorizar a implementação do presente plano pretende-se atuar a dois níveis. Por um lado, almeja-se mensurar os resultados tangíveis específicos de cada medida executada, recorrendo, para tal ao conjunto de indicadores selecionados para avaliar cada ação e sistematizados na grelha do Plano apresentada no ponto anterior do presente documento. Por outro lado, e em simultâneo, pretende-se adotar um procedimento de apreciação mais abrangente, que monitorize, de forma transversal, a ação do Município e das organizações das sociedade civil, neste âmbito, e que permita aferir sobre o impacto do Plano Municipal para a Igualdade de Género de Oeiras.